



Gestão e Regionalidade

ISSN: 1808-5792

ISSN: 2176-5308

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

Mostagi, Nicole Cerci; Mansano, Sonia Regina Vargas
GESTÃO URBANA E SUSTENTABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE UMA CIDADE VERDE
Gestão e Regionalidade, vol. 35, núm. 103, 2019, Janeiro-Abril, pp. 100-119
Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol35n103.4532>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133460332006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

USCS
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

GESTÃO URBANA E SUSTENTABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE UMA CIDADE VERDE

URBAN MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY: CONSTRUCTION OF THE IDEAL OF A GREEN CITY

Nicole Cerci Mostagi

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina.

Data de recebimento: 09/02/2017

Data de aceite: 05/12/2017

Sonia Regina Vargas Mansano

Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

Este artigo problematiza o espaço urbano a partir da construção do ideal de uma cidade verde localizada no estado do Paraná. A investigação foi dividida em dois momentos. Na parte teórica, é apresentado um breve panorama histórico das primeiras décadas de colonização e desenvolvimento do norte do estado do Paraná, destacando o planejamento da cidade estudada e suas principais características. Versa também sobre os primeiros ensaios da imagem de uma cidade verde e os efeitos subjetivos sobre a população, tendo como norteador o conceito de governamentalidade. Na parte empírica, são apresentados os fragmentos de entrevistas realizadas com três profissionais ligados à gestão urbana e ambiental da cidade. Como resultado, constatou-se que o ideal de cidade verde, disseminado pelas campanhas publicitárias, não foi suficiente para implicar a população com os desafios advindos do crescimento. A conclusão parcial desta pesquisa destaca a importância de um diálogo interdisciplinar que possibilite à área de gestão transitar por uma perspectiva problematizadora.

Palavras-chave: Gestão urbana. Sustentabilidade. Território vivido.

ABSTRACT

This article addresses the urban space coming from the construction of the ideal of a green city located in the state of Paraná. The research was divided in two moments. In the theoretical part, a brief historical overview of the first decades of colonization and development of the northern region of the state of Paraná is presented, highlighting the city planning and its main characteristics. It also covers the first formulations of the image of a green city and the subjective effects on the population, with the concept of government. In the empirical part, author presents interviews with three professionals related to urban and environmental management in that city. As a result, it was found that the green city ideal, disseminated by advertising campaigns, was not sufficient to imply the population with the challenges of growth. The conclusion highlights the importance of an interdisciplinary dialogue that allows urban management to move through a problematizing perspective.

Keywords: Urban management. Sustainability. Lived territory.

Endereço dos autores:

Nicole Cerci Mostagi

Nicole_cerci@hotmail.com

Sonia Regina Vargas Mansano

mansano@uel.br

1 INTRODUÇÃO

As discussões mundiais sobre o meio ambiente vêm trazendo transformações significativas na compreensão do processo de organização tanto econômica quanto espacial das cidades. Apesar disso, ainda são desconsiderados os grandes impactos contra a natureza que se fazem presentes nas cidades, uma vez que “as áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico” (MONTE-MÓR, 1994, p.173). Nesse sentido, os espaços urbanos recebem pouca atenção e investimento nos seus aspectos ambientais.

As sociedades modernas colocam sua referência no indivíduo que participa e interage com o tempo e o espaço, transformando as relações sociais e a natureza, fazendo a história. Essas transformações, em parte, ocorrem pela exploração e usos da natureza como forma de produzir e reproduzir os modos de viver no espaço urbano. Assim, as cidades modernas não são nem totalmente naturais nem artificiais, mas envolvem uma construção social multidimensional da qual participam diferentes agentes (SILVA, 2006). Pode-se dizer, então, que o espaço urbano é complexo e mutante, sendo “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (BERNARDES *et al.* 2000, p. 16). Trata-se de um espaço no qual se manifestam relações múltiplas e, por vezes, conflitantes. Nesse cenário, a gestão urbana possui um papel estratégico na organização das cidades.

Tomando em análise a problemática da vida nas cidades, esta pesquisa teve por objetivo compreender a interface entre gestão urbana e meio

ambiente, tendo como base o estudo de caso de uma cidade localizada no interior do estado do Paraná, que é conhecida como “cidade verde”. Para avançar nessa análise, o presente estudo foi dividido em dois momentos: teórico e empírico. Na parte teórica, o artigo versa sobre os seguintes pontos: apresentação de um breve panorama histórico das primeiras décadas de colonização e desenvolvimento do norte do estado do Paraná, destacando o planejamento da cidade estudada e suas principais características; análise dos critérios de ocupação territorial com os primeiros ensaios que articulam a construção da imagem de uma cidade verde; e por fim a análise do espaço vivido e seus efeitos subjetivos no cotidiano da população, tendo como norteador o conceito de governamentalidade. Na parte empírica, são apresentados os depoimentos de três profissionais diretamente ligados ao estudo da gestão urbana e ambiental da referida cidade. Tendo percorrido as partes teórica e empírica, foi possível demonstrar, ao final do trabalho, o quanto a questão ecológica envolve interesses, agentes e impasses múltiplos, os quais são perpassados por uma dimensão política.

2 PARTE TEÓRICA

2.1 UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

A colonização da região norte do Paraná aconteceu nas primeiras décadas do século XX por meio de ações da chamada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em parceria com o governo do Estado, que buscavam desenvolver e fomentar a produção agrícola da região, tendo no cultivo

do café seu principal investimento. Tratava-se de uma companhia que dividia as terras em pequenas ou médias propriedades para favorecer a produção familiar e facilitar a comercialização seja das terras, seja de sua produção agrícola. O processo de colonização trouxe diversas vantagens à região. Isso foi indissociável, entretanto, de uma série de questões ambientais como “a dizimação da floresta, a prática de queimadas prejudicando, sobretudo, o solo, a contaminação da água e do solo pelo uso de agrotóxicos e o desrespeito à legislação ambiental” (CHIES; YOKOO, 2012, p.28) que, naquele momento, era bastante frágil.

No final da década de 1930, iniciou-se o povoamento da área, possibilitando o surgimento de diferentes cidades do norte do estado. Na década de 1940, foram erguidas as primeiras edificações urbanas do norte do estado e essa área ficou conhecida como Maringá Velho. Originalmente coberta pela mata pluvial-tropical e subtropical, a região de Maringá teve, em seu processo de ocupação, a cobertura florestal praticamente eliminada. Sobre isso, Meneguetti, Rego e Beloto (2009, p. 30) afirmam: “a região de Maringá era, originalmente, coberta pela floresta [...], abundante em espécies [...] que foram dizimadas na primeira metade do século com a colonização, a expansão da cultura cafeeira e a descoberta de seu potencial econômico para a construção civil”.

Após o processo de devastação da Mata Atlântica, Maringá foi projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, que desenvolveu o esboço da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade jardim (BOVO, 2009). Sua característica principal era o traçado orgânico do espaço físico que desenhava o sítio urbano, mantendo-o adequado

à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. Para tanto, os construtores tomaram como indicador dois fatores já consolidados: a linha férrea no sentido leste-oeste da cidade e os dois vales posicionados ao sul da região, que foram delimitados como parques urbanos, preservando as duas nascentes que ali existiam. Desde o início de sua colonização, portanto, foi atribuída grande importância à arborização da cidade com o objetivo de atrair novos moradores e turistas. O projeto de arborização foi concretizado a partir de uma abordagem estética, tendo em vista atrair mais migrantes e diminuir o êxodo na região. Esse êxodo ocorria pelo fato de esta ser uma região com “pouca umidade relativa do ar, de poeira de ‘terra roxa’, e que após a colonização, os ventos ficaram mais fortes e a harmonia da vida em Maringá estaria abalada” (DUBIELA, 2003, p. 34).

No decorrer da década de 1950, foi consolidada a ocupação do espaço urbano. Até esse momento, a CMNP (Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná) assumiu a responsabilidade por administrar a arborização da cidade, sem ônus para a administração pública municipal. Nessa década, o cultivo do café continuou sendo um determinante para o crescimento da economia, o que durou até aproximadamente 1959 (MANSANO, 2013).

Na década seguinte, a cidade passou por diversas mudanças em sua urbanização. Foi quando “formou-se um cinturão urbano em volta do plano-piloto, formado por novos bairros já loteados sobre a área rural, ou seja, ocupou-se a área suburbana” (MANSANO, 2013, p. 87). Nessa ocasião, os processos de ocupação e colonização continuaram ocorrendo de maneira organizada, sendo amplamente controlados pela CMNP. Com isso, a cidade

despontou como “exemplo de padrão urbanístico, vinculando-o ao nome de cidade-jardim” (CORDOVIL, 2007, p. 6).

A partir da década de 1960, a região norte do Paraná avançou para uma agropecuária moderna. As lavouras de café sofreram uma grave crise (provocada pelas geadas constantes e severas) e a base econômica passou gradativamente para a produção de soja e trigo. Com a mudança na produção agrícola, notou-se também uma mudança na concentração da população urbana e rural. A cidade manteve-se como polo migratório, registrando outro processo, a verticalização, que manteve um núcleo central de edifícios, favorecendo o crescimento econômico diversificado que envolvia agora o comércio, a agroindústria e agricultura (MANSANO, 2013).

O desenvolvimento e crescimento de uma cidade podem gerar a degradação ambiental ou a destruição de ecossistemas inteiros. Zamuner (2001, p. 18) assinala que “com o processo de urbanização em uma cidade aumenta-se a demanda de água, o nível de resíduos líquidos e a contaminação nos corpos d’água que circundam a região urbanizada”. Isso gera um aumento nas áreas de desequilíbrio ambiental, “que surgem por meio das alterações ambientais que o homem faz no meio em que vive” (ZAMUNER, 2001, p. 18). A cidade de Maringá, ao começar a experimentar um crescimento desordenado, também sofreu os efeitos do processo descrito pelo autor. Com o decorrente crescimento populacional, foi necessária uma legislação urbanística municipal realizada por meio do Código de Postura e Obras, regulado pela lei n.º 35 de 1959. As orientações formuladas por essa lei atentavam para “o caráter especulativo do

espaço urbano, ao propor a expansão sem limites do perímetro urbano e uma verticalização exagerada nas zonas comerciais” (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p.). Ela também orientava para a anexação indiscriminada dos novos loteamentos no perímetro além do espaço urbano. Tal fato produziu efeitos na distribuição dos prédios comerciais que determinou o desenho e o uso das avenidas principais. Essa lei pode ser considerada a primeira que enfatizou a configuração espacial da cidade no âmbito legislativo municipal e refletiu na conformação da paisagem urbana da cidade (ANDRADE; CORDOVIL, 2008).

O crescimento horizontal impulsionou, após quase uma década, a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento. Esse plano foi instituído pela lei n.º 621 de 1968. Essa legislação serviu como diretriz para a preservação ambiental e como um importante indicador de alguns instrumentos legais orientadores da ocupação urbana que se verificou a partir desse momento. A cidade continuou, na década de 1970, sendo um polo migratório e, para isso, diversificou sua economia para o plantio de grãos, comércio, serviços e agroindústrias. Apesar desse crescimento não esperado para as décadas de 1960 e 1970, a cidade possuía um sistema viário com amplas avenidas, uma vasta arborização e uma preocupação com os fundos de vale, córregos e nascentes. Nota-se que a cidade, como território vivido, foi construída em meio a diferentes interesses. Assim, o território vivido pode ser compreendido como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...] convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo” (SANTOS, 2004, p. 104-105).

Também ocorreu um reflorestamento urbano com a utilização de espécies nativas e exógenas nas vias públicas e praças, com o intuito de diminuir o calor, a poeira e, principalmente, melhorar a estética urbana impactada pelo desmatamento inicial. Esses procedimentos tinham como propósito difundir uma imagem de cidade esteticamente planejada, com árvores que floresciam durante todo o ano. Desse modo, é notável o objetivo de consolidá-la como “cidade verde” (SILVA, 2006).

No final da década de 1970, porém, a população urbana ultrapassava os 120.000 habitantes, indicando um potencial de crescimento surpreendente que, não tendo sido previsto, levou à consolidação de uma malha urbana fragmentada e descontínua. Nesse contexto de ampliação demográfica, foi instituído o Plano de Diretrizes Viárias, de 1979. Assim, “em conformidade com a ideia das estruturas lineares do Plano Diretor de 1967, o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 instituiu, de fato, os corredores verdes ao longo dos córregos, [...] limitados por vias que se chamaram paisagísticas” (MENEQUETTI; REGO; BOLETO, 2009, p. 36).

O Plano de Diretrizes Viárias de 1979 evidenciava a tentativa de harmonizar a ocupação urbana com as restrições ambientais, conciliar os interesses dos loteadores com a administração pública e lidar com as limitações técnicas. Sobre isso, Barbosa e Cornival (2014) salientam que os principais pontos elencados no plano foram: as soluções viárias, criação de vias perimetrais e preservação das áreas de fundos de vale. Nota-se, porém, que, no decorrer desses primeiros quarenta anos de história, ainda existiam alguns obstáculos ao projeto de atrair a população para habitar a cidade, o que foi contornado por uma série diversificada de cam-

panhas publicitárias empreendidas pelo governo municipal, como mostrado a seguir.

2.2 CIDADE VERDE: UM EMPREENDIMENTO POLÍTICO E PUBLICITÁRIO

Um conceito que subsidia a compreensão dos desdobramentos históricos da cidade aqui analisada é o de governamentalidade, tal qual analisado por Foucault em diferentes momentos de sua obra (1995, 2004, 2005, 2008). Por governamentalidade, o autor compreende:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143).

População, economia e segurança atravessam a história de gestão das cidades e possibilitam apreender como sua organização política coloca em circulação valores e modos de vida que passam a ser nelas compartilhados. Quando se retomam os dados históricos, percebe-se que na década de 1980, com uma economia favorável e em conjunto com as legislações vigentes, ocorreu em Maringá “o auge da verticalização urbana” (MENEQUETTI; REGO; BOLETO, 2009, p.37), gerando corredores altamente edificados o que, em alguma medida, desfavoreceu a imagem de cidade verde. Atento a isso, o governo interviu no sentido de divulgar

a cidade nas esferas local e nacional como sendo caracteristicamente verde e comprometida com o meio ambiente. Tais enunciados, com destaque na questão ecológica, disseminavam a imagem de espaço arborizado e agradável. Takahashi (1997, p. 89) assinala: “À medida que a prefeitura foi se estruturando, assumiu essa responsabilidade, criando um Departamento denominado de Parques e Jardins, sob a orientação técnica da CMNP, que orientou a prefeitura até 1982”.

Na década de 1990, com a intenção de implementar ações de gestão do meio ambiente, inclusive das águas, foi criado, por meio da lei n.º 2.948 de 1991, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Ainda que essa lei tenha sido aprovada, o conselho não entrou em funcionamento imediatamente. Assim, a primeira lei instituída efetivamente sobre política ambiental da cidade foi a lei complementar n.º 9 de 1993, que estabeleceu como seria a política do meio ambiente, definindo competências e criando o Conselho Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Nota-se que as legislações e instituições atuaram para manter a ideia de “cidade verde”, difundindo uma preocupação com a qualidade de vida da população. Nesse período, era evidente o esforço em mostrar que a cidade proporcionava uma bela paisagem urbana, por meio da criação de espaços públicos para lazer. Porém, a diferença entre o ideal e a realidade ficou evidente. Apesar de a cidade possuir a estrutura urbana de uma paisagem arborizada e reproduzir um discurso de “cidade verde”, percebe-se que no seu sítio urbano a degradação do meio ambiente foi relevante, precisando, assim, desenvolver novas políticas urbanas (BOVO, 2009).

Em 2001, um novo instrumento entrou em vigor no país, com o intuito de legislar sobre a gestão urbana: o Estatuto da Cidade. Previsto na Constituição de 1988, ele objetivava a regulação do uso do solo urbano em prol do bem coletivo. Com a promulgação do Estatuto da Cidade, por meio da lei n.º 10.257, com seus instrumentos urbanísticos e jurídicos, estabeleceram-se as diretrizes para efetivar a política urbana nacional, como também o processo de participação democrática. Maringá foi a primeira cidade do estado do Paraná a implementar um sistema de discussão com participação popular, adotando o tema: “A Cidade que eu quero”. No decorrer do tempo, as gestões do município elaboraram e disseminaram um discurso ecológico, valendo-se de campanhas publicitárias. Estas difundiam o ideário de cidade verde, ecológica, planejada, que prezava pela harmonia entre a natureza e os espaços urbanos construídos, dando evidência ao modelo de cidade jardim (concretizada na arborização, nas praças e nos parques). A construção de tal imagem verde vem sendo institucionalizada pelo *citymarketing* (RIBEIRO; GARCIA, 1996).

A expressão *city-marketing* costuma soar, nos círculos politicamente não conservadores, pejorativa. Existem, decerto, boas razões para isso, pois é fácil imaginar (e pode-se constatar) que, em não poucos casos, está-se diante de uma tentativa de construção de uma imagem ‘asséptica’ e certinha da cidade em questão, com o fito de atrair investimentos e turistas (SOUZA, 2002, p. 302).

O governo municipal foi aos poucos disseminando imagens e enunciados que, em larga medida, serviram para valorizar componentes sub-

jetivos de proximidade entre o espaço urbano, a população e a natureza. Pode-se considerar que tais componentes produziram “efeito nos corpos e nas maneiras de viver. Tais efeitos difundem-se por meio de múltiplos componentes de subjetivação que estão em circulação no campo social” (MANSANO, 2009, p. 111). Isso é percebido desde a colonização do território, momento em que as companhias (CTNP/CMNP) que venderam os lotes urbanos, juntamente com os agentes imobiliários, aproximaram a cidade de uma dimensão verde e ecológica. Pode-se dizer, assim, que a disseminação desse ideal verde foi operacionalizada tática e estrategicamente para atingir tanto a população da cidade quanto ampliar sua visibilidade no estado e no país. Diante dessa disseminação, cabe problematizar os reais efeitos das campanhas publicitárias na produção subjetiva do território vivido.

2.3 DIMENSÃO SUBJETIVA DO ESPAÇO URBANO: TERRITÓRIO VIVIDO

As cidades são imensas máquinas de produção de subjetividades, individual e coletiva (GUATTARI; ROLNIK, 1996). A organização das cidades é efetuada pelos sujeitos que nela habitam, os quais, com seus modos de viver e de se relacionar com o espaço, constroem o que Santos (2000) denomina como “território vivido”. Este território é marcado por histórias, sentidos e encontros que têm nos processos de subjetivação seu elemento constituinte. Para Koga (2003, p. 35-36), o espaço urbano é construído:

a partir da relação entre território e as pessoas que dele se utilizam. Esta indivisibilidade hoje se

mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica da população nos territórios. A relação inseparável entre território e sujeito ou população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas.

Nessa construção social do território vivido, busca-se inserir a natureza na paisagem cívica utilizando-se de árvores, parques e jardins, por meio dos quais é criada uma imagem mais favorável de onde se vive. As ações realizadas pelo Estado ultrapassam a simples aplicação coercitiva de um conjunto de leis sobre a população. Um dos focos de intervenção do Estado nas cidades está na gestão do meio ambiente. Embora os problemas ambientais urbanos não tenham surgido recentemente na cidade analisada, somente nas últimas décadas eles começaram a fazer parte da percepção pública e da agenda política.

A maneira como o discurso ambiental e ecológico se propagou mais recentemente serviu para instituir um reconhecimento e uma sensação de que é possível viver em uma cidade ecologicamente planejada. Exemplo disso pode ser encontrado na disseminação do discurso ecológico, presente em programas e projetos de paisagismo e urbanismo, com o intuito de eleger a árvore como símbolo de preservação ambiental e da cidade. A construção desse ideal verde, realizada pelo governo municipal, com participação da esfera privada (principalmente dos ramos publicitário e imobiliário) bem como da população, visou, desde os primeiros anos, garantir um retorno financeiro. Durante toda a história, fica evidente a tentativa de criar um espaço urbano idealizado que valorizava a característica de arborização,

devindo daí a sua caracterização e denominação como cidade verde. O ideal, nesse caso, envolveu um conjunto de significados, demandas e desejos disseminados pelas campanhas publicitárias que foi acolhido e compartilhado pela população e que, de diferentes maneiras, interferiu na organização social do espaço urbano (MELO; HOGAN, 2006).

Outro ponto a ser considerado foi a prática recorrente de realização de concursos para eleger os *slogans* da cidade. Tal prática evidencia a preocupação com a disseminação desse ideal e o ape-lo pela participação populacional na concretização desse projeto. Para Pesavento (1996, p. 382), “o urbanismo faz aparecer no espaço, enquanto projeto, o desejo da reordenação ideal. Racionalidade e sonho, disciplinamento e estética conjugam-se na projeção de uma e outra cidade”. Nesse caso, o governo coloca-se, paulatinamente, na vida cotidiana da população, promovendo a organização em práticas específicas voltadas para o meio ambiente. Várias campanhas publicitárias foram utilizadas pelo governo municipal por meio de jornais locais, cartazes e *folders*, retratando a cidade como um lugar paradisíaco e com muita riqueza natural, sempre visando à construção de um ideal de cidade verde. Esse tipo de intervenção governamental sobre a coletividade produz modos de vida que vão, aos poucos, transformando o território vivido.

O empreendimento governamental, entretanto, não foi suficiente para promover a adesão aos valores ecológicos e um cuidado ambiental efetivo. O território vivido, compreendido como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 2000, p. 104-105), sofre mutações diversas pela ação humana e, com isso, convida “a pensar

processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (IDEM). Foi nesse espaço habitado, criado e transformado por meio de campanhas publicitárias, mas também pelas práticas e expectativas do coletivo populacional, que o ideário verde se colocou lado a lado dos problemas ambientais. Tais problemas, entretanto, emergiram do crescimento e da ocupação desordenada do espaço urbano, pouco problematizados. Assim, é possível constatar diversas dificuldades ambientais básicas que ainda aguardam por ações efetivas. Dentre elas, pode-se citar “o mau gerenciamento da drenagem urbana e do saneamento básico [que] confere às áreas verdes da cidade de Maringá, um grau de degradação muito grande, pois as águas pluviais estão conjugadas com ligações de esgoto cloacal clandestino” (ZAMUNER, 2001, p. 175). Além disso, Sapata (2006) assinala que a coleta seletiva de lixo da cidade foi implantada apenas em 1994 e realizada sem planejamento adequado. Dois anos depois, foi desenvolvido o Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos (RecicLAção) que tinha como objetivo intensificar e otimizar a coleta seletiva do município. Porém, constata-se que as

[...] unidades de caminhão coletor são atualmente insuficientes para atender todas as ruas dos bairros do município, causando atrasos na coleta e falta de atendimento em alguns dias quando ocorre imprevistos, tais como: i) problema mecânico no caminhão; ou, ii) quando o mesmo fica cheio de materiais tendo que interromper o trajeto e voltar para a balança para descarregar e fazer a pesagem (HIRAMA; SILVA, 2009, p. 23).

Mesmo como a realização do projeto RecicLAção, datado de 1996, apenas 0,58% dos resíduos sólidos da cidade passaram por algum processo de reciclagem (ANGELIS NETO; ANGELIS, 1999). Em 2006, a cidade de Maringá gerou 326,95 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos, sendo 80,41 toneladas/dia de recicláveis, 41,05 toneladas/dia de rejeito e 205,49 toneladas/dia de matéria orgânica. Em outras palavras, 65% é lixo orgânico, 22% é reciclável e 13% é rejeito, que não pode ser reaproveitado (HIRAMA, SILVA, 2009). Segundo a SEMAA, entre os meses de maio de 2007 a abril de 2008, a cidade gerou um total de 1.439.649 kg de material reciclável, sendo estes encaminhados às cooperativas ou usinas de reciclagem (SEMAA, 2008), correspondendo a apenas 10 gramas de reciclável/pessoa/ dia produzido na cidade. Na última década, a avaliação da destinação dos resíduos sólidos urbanos da cidade mostrou um índice de qualidade de aterro muito baixo, uma vez que os resíduos ainda são descartados de forma inadequada, causando impactos negativos no meio ambiente (GARUTTI; SANTOS, 2010).

Percebe-se, desse modo, que a vinculação da cidade com as questões ecológicas mais agudas ainda se mostra frágil. Exemplo disso é o lixão, onde os resíduos “se encontram depositados a céu aberto sem qualquer tratamento ou preocupação ambiental” (ANGELIS NETO; ANGELIS, 1999, p. 931). O uso do lixão na cidade é inadequado, pois envolve simplesmente uma descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde da população local. Tal dificuldade envolve não apenas a gestão dos resíduos, mas também a coleta de materiais recicláveis.

Com base nos estudos mencionados (ANGELIS NETO; ANGELIS, 1999; GARUTTI; SANTOS, 2010; HIRAMA; SILVA, 2009; BOVO, 2009; MENEQUETTI; REGO; BOLETO, 2009), fica evidente que, paralelos às campanhas publicitárias, os problemas ambientais são em larga medida ignorados. É perceptível nesse cenário uma produção subjetiva idealizada, uma vez que a população está mais informada sobre a imagem de cidade verde do que sobre os reais desafios a serem enfrentados tanto pelo cidadão no cotidiano (como a reciclagem de lixo, por exemplo), como pelo governo municipal (na gestão dos resíduos). Assim, pode-se dizer que o uso e a ocupação do espaço urbano do município são mais sistematicamente atravessados pelos discursos publicitários do ideal verde do que por práticas ambientais planejadas, difundidas e efetivas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PARTE

A estratégia metodológica adotada na parte empírica desta pesquisa foi a história oral. Garnica (2004) destaca que a história oral pode ser compreendida como uma metodologia qualitativa, pois aponta “algumas versões de pessoas que fizeram parte desses processos temporais. O que se busca é valorizar a memória de nossos entrevistados, registrando em documentos esse seu regime de verdade, a sua visão do passado e com isso constituir uma versão” (GARNICA, 2004, p. 85). Assim, a história oral vai além do que é registrado por meio de documentos e estudos que compõem a história oficial, pois há uma série de outras perspectivas, sensações e opiniões que não são tratadas nos documentos. Daí a necessidade de conhecer a história oral que

“implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado” (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182). Recorrendo tanto à história oficial quanto à história oral, busca-se agregar visões de diferentes agentes sobre a construção desse ideal de cidade verde. Jenkins (2005) menciona também a importância do que ele denomina como “vestígios” que, na ausência de provas retratadas nos documentos oficiais, permitem a exploração de outros ângulos de análises por meio do discurso.

A definição da unidade de análise tem por objetivo demarcar quais e quantos serão os atores sociais que participarão da pesquisa. Conforme aponta Godoy (1995, p. 26), “a escolha da unidade a ser investigada é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador”. A escolha pelo estudo da cidade de Maringá deveu-se ao fato de que nela, desde o planejamento inicial, foi evidenciada a preocupação em difundir a ideia de uma cidade verde, cuja característica principal é o traçado orgânico do espaço físico adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. Os três participantes selecionados para a realização das entrevistas são moradores da cidade e profissionais que estudam e/ou atuam nas transformações desse espaço urbano: um historiador que trabalha como docente em uma das universidades da cidade, uma bióloga que atuou durante 35 anos na prefeitura e uma docente, ligada à área de urbanismo, que também trabalha na universidade.

A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com o objetivo de acompanhar as percepções desses atores sobre o processo de urbanização e o cuidado com o meio ambiente. Segundo Minayo, a

entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p. 64). Além de proporcionar um material rico de análise, para May (2004, p. 169) este tipo de instrumento é utilizado “como um recurso para entender como os indivíduos decifram o seu mundo social e nele agem”. Também se buscou valorizar o que Godoi e Mattos (2010, p. 321) descrevem como “dialogicidade” da entrevista, cujos resultados são construídos tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado.

Utilizou-se como ferramenta de análise e interpretação dos dados a análise sociológica do discurso. Esta implica a “compreensão do texto concreto em seu contexto social e histórico, desde a reconstrução dos interesses conscientes e inconscientes dos atores envolvidos no discurso” (GODOI; COELHO; SERRANO, 2010, p. 515). Nesse sentido, para além do discurso, foi relevante considerar o contexto histórico e social no qual estão inseridos os participantes e que envolviam suas práticas, valores, objetivos e alusões discursivas. Tais dimensões colaboraram para atribuir sentido ao discurso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após realizar este percurso histórico e teórico sobre a gestão da cidade em seus aspectos de planejamento, meio ambiente e relações sociais urbanas, cabe apresentar como alguns agentes sociais compreendem a gestão ambiental realizada no decorrer da breve história da cidade estudada. O principal questionamento junto aos participantes da pesquisa buscou abordar como o

poder público municipal, por meio de campanhas publicitárias, promoveu a disseminação do ideal de uma cidade verde.

Para os três participantes, a partir da década de 1970, e mais fortemente na década de 1980, surgiram as iniciativas mais relevantes de intervenção sobre o meio ambiente urbano, sobretudo no que se refere à sua preservação. Para eles, foi nessas décadas que as questões ambientais começaram a ser trabalhadas de forma mais efetiva nas legislações e no planejamento urbano, na tentativa de conceber o espaço urbano em conformidade com o meio ambiente. Assim, a cidade de Maringá foi percebida não somente como um território geográfico que possui um conjunto de sistemas naturais, arquitetônicos e sociais superpostos, mas também como um território vivido, que era (re)construído durante a história para atender as demandas da população.

Nessa época, a administração pública atuava no sentido de chamar a atenção da população para a imagem de cidade verde e ecológica. Sobre isso, a bióloga diz: *“Então, o maringaense já cresceu com essa concepção de Cidade Verde em função da grande quantidade de árvores, somada aos demais parques e toda essa questão da cidade”* (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017). Completa dizendo:

Olha, da população eu percebo que, o que ficou e o que a gente escuta, você vai ver em todos os lugares é este: Maringá Cidade Verde. Não que isso venha daquela época com esse slogan, mas essa questão Maringá Cidade Verde, é esse link em que se fazem arborização, cidade e bem-estar para a população. Então isso, ao longo dos

anos, continuou sendo a arborização a nossa grande vitrine (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017).

Essa vitrine, como diz a bióloga, foi sistematicamente construída pelo poder público em parceria com a população. Como já mencionado na parte teórica, segundo Foucault (1995), as ações realizadas pelo poder público ultrapassaram a simples aplicação coercitiva de um conjunto de leis sobre a população. Isso é demonstrado na fala da bióloga: *“A prefeitura sempre procurou dar ênfase a isso e investir também em alguma campanha, em alguma situação que pudesse somar, trazendo algum benefício para que esse verde se perpetuasse cada vez mais”* (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017).

Em larga medida, o poder público utiliza campanhas por meio das quais age diretamente sobre a vida da população, buscando construir, disseminar e controlar alguns componentes subjetivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Pode-se compreender que a “busca permanente pela satisfação do conjunto de necessidades criadas pela própria vida nas cidades é um elemento descritivo da subjetividade engendrada no meio urbano capitalista” (CARVALHO, 2014, p. 64). Ao mesmo tempo, foi constatado que a disseminação da imagem de cidade verde enfrentou alguns contratempos. Exemplo disso foi a rápida expansão populacional ocorrida na década de 1980, que “testemunhou o auge da verticalização urbana, notadamente no período 1984-1989” (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009 p. 37). Para contornar esse rápido e não planejado crescimento, além da legislação de 1979, o poder público - por meio da Secretaria de Cultura e Turismo - entendendo a ne-

cessidade de melhorar o visual da cidade e exaltar as árvores, lançou a campanha para escolher o *slogan* da “Cidade Verde”. Para Bovo (2009, p. 98), “a proposta foi considerada inovadora, pois reuniu os meios de comunicação e as escolas na campanha para a criação do slogan que conseguisse expressar a ‘consciência ecológica’ da cidade de Maringá”. O *slogan* vencedor foi “Maringá: o coração verde do Brasil” e as árvores passam a ser o seu símbolo, compondo, assim, a representação social da mesma. Esse fragmento da história registrada oficialmente vai ao encontro da constatação da bióloga:

Bem, na minha concepção, Maringá Cidade Verde, ela surgiu primeiramente em função da arborização, da grande quantidade de árvores que a cidade tinha e isso proporcionava uma paisagem completamente diferente. À medida que você for pesquisando, você vai ver que as árvores cresceram junto com a cidade (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017).

Tal símbolo estava presente na vida da população de Maringá desde seu início, com o projeto de cidade jardim. A ideia de meio ambiente marcava presença pela preservação das amplas avenidas, ruas, praças e parques verdes e floridos. Trata-se de uma “[...] natureza preservada desde muito tempo, e assim, é utilizada a árvore como símbolo do discurso que é difundido entre a população maringaense” (BOVO, 2009, p. 97). A presença das árvores converteu-se na principal imagem da cidade. Isso também é percebido em outro fragmento:

Olha, eu realmente fiz parte dessa campanha. Porque o nome Maringá surgiu de uma cabo-

cla que era a Maria do Ingá e aí, eu me lembro ainda, que quando se iniciou toda essa questão de Maringá Cidade Verde, eles diziam que era uma linda cabocla, muito jovem e com os olhos verdes, em função da grande quantidade de árvores que tinha. Mas isso tudo, eu acho que partiu de um momento em que se percebeu que a maioria das cidades brasileiras, elas não tinham uma grande quantidade de arborização (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017).

A partir da elaboração e disseminação do *slogan*, foram lançadas as bases para diferentes campanhas de *marketing* de Maringá que agregava as imagens de “Cidade Verde” e “Cidade Ecológica”. Sobre essa produção imagética, afirma Baczko (1985 p. 313):

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância do capital o controle dos meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim, que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar certo controle sobre os circuitos de difusão.

Esse espaço verde, socialmente pensado e planejado, também é abordado pelo historiador que relata:

Cidade Verde é uma construção de um determinado período que ganhou força e se incorpo-

rou à identidade das pessoas que habitam esse território. Ele é tardio, mas não é artificial, por causa dos precedentes, de certas intervenções que não foram pensadas pela política ambiental, mas que presidiram a formação desta identidade. Como eu já disse, os dois bosques não foram pensados como política ambiental, mas já existiam. Quando se fala que houve a arborização rápida da cidade para compensar o desmatamento, não se pensava nisso como uma política ambiental (Fragmento da entrevista com o Historiador, 2017).

Verifica-se que a prática e o discurso da arborização promovem sistematicamente a disseminação da imagem de cidade verde. Para Bovo (2009, p. 99), a “imagem publicitária utilizada pelo Poder Público foi muito forte e dominadora, e transmitia aos cidadãos a ideia de uma cidade planejada e sem problemas. Nela se utilizam imagens belas, dando a noção de um paraíso que sobreviveu acompanhado do progresso”. Isso pode ser confirmado no depoimento do historiador, que diz: *“Mas quando você desenvolve essa consciência, você tem uma cidade que tem árvores dos dois lados da rua, que tem uma proporção árvore-população ótima para a média nacional, ou talvez, para qualquer cidade do mundo. Isso ajuda a compor essa identidade”* (Fragmento da entrevista com o Historiador, 2017).

As transformações no espaço urbano aconteceram em meio ao desenvolvimento econômico da região que disseminou a ideia de que a cidade é um verdadeiro paraíso, onde o verde é o integrador do progresso e da preservação ambiental (BOVO, 2009). Porém, o historiador diz: *“A mobilização é*

uma mobilização mais afetiva e afirmativa. Eu não me lembro de campanhas da população se mobilizando para defender uma área verde” (Fragmento da entrevista com o Historiador, 2017). O discurso oficial do poder público sobre a sua arborização passa a ser reproduzido pela população. Isso por que, segundo Bovo (2009, p. 102): *“O slogan de ‘cidade verde’ traduz a representação social da harmonia socioambiental em seu espaço urbano, na medida em que esta é favorecida pela estrutura espacial da cidade”*. Isso é confirmado pela bióloga que diz:

Bom, no meu ponto de vista, Cidade Verde é realmente aquela questão, eu sou muito suspeita para falar porque meu pai foi o que plantou a primeira árvore na arborização urbana da cidade. Então, a gente vê que as pessoas, elas já têm isso incorporado, não só a valorização do imóvel. Como você comentou que nós temos uma determinada região da cidade que possui o metro quadrado, um dos mais caros do Brasil, que está entre os mais caros, justamente por esta harmonia que a arborização proporciona. A vegetação natural com o desenho urbano da cidade (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017).

É importante ressaltar que a gestão governamental, para além de seu aspecto jurídico e administrativo, acontece nas relações cotidianas, afetivas e subjetivas que o cidadão estabelece entre seus pares e com o espaço. Nesse sentido, Foucault alerta: *“Para a razão de Estado é preciso ter um conhecimento adequado e detalhado da realidade a ser governada. Esse conhecimento deverá ser usado no sentido de moldar a realidade para que de-*

terminados fins possam ser atingidos” (FOUCAULT, 2005, p. 281). Considerando que é o uso do território e não o território em si o que importa em uma análise social (SANTOS, 2005), pode-se dizer que é no contato afetivo e subjetivo com o espaço, histórica e socialmente construído, que a imagem verde de cidade se articulou.

Na concepção da urbanista, isso fica ainda mais marcado. Ela diz: *“Penso que é marketing apenas. A única campanha efetiva que percebo diretamente na minha vida é a de combate à dengue”* (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017). No caso de Maringá, foi criado e difundido um ideal de cidade com muita arborização, consistindo em um processo que orienta a política urbana e as necessidades do consumidor enquanto investidor, turista ou morador. Entretanto, os investimentos ambientais mais básicos como, por exemplo, a coleta de lixo, ainda carecem de planejamento e efetividade.

Tal qual se está demonstrando, a ideia de cidade verde ou cidade ecológica refere-se majoritariamente à arborização e à estética. Diz a bióloga: *“[...] para um maringaense, é um selo; como eu disse, é a vitrine da cidade - um selo que a população faz questão de ostentar e de exibir pro Brasil: que a nossa cidade, ela tem essa arborização e ela conserva essa arborização. As administrações incorporam esse trabalho e a arborização é um fator bastante grande aqui na cidade”* (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017). Cabe dizer que as áreas verdes, praças, jardins e todo o paisagismo contribuíram para a valorização imobiliária das áreas urbanas. Para Bovo (2009, p. 44), “em outros casos a presença de elementos da natureza pode também ser identificada como aspecto positivo do ambiente urbano”. Nessa perspectiva, a biólo-

ga comenta: *“a cidade cresceu e essa concepção então foi integrando na população. Você vê que a cidade tem um aspecto visual legal”* (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017). Isso aconteceu, principalmente, porque a imagem publicitária nunca esteve dissociada das políticas adotadas pela cidade. No final da década de 1990, a campanha publicitária sobre Maringá intensificou-se, “gerando um planejamento estratégico e fazendo com que os discursos publicitários se tornassem um modelo para o planejamento empresarial, no qual as cidades estão submetidas às condições e desafios de uma empresa” (BOVO, 2009, p. 100). Este fato novamente atesta a intervenção de uma racionalidade governamental, tal qual indicada por Foucault (2005), que interfere na produção do vínculo afetivo da população com o ideal verde.

Outro ponto a ser analisado é que diferentes discursos podem sustentar a construção de um ideal (SANTOS, 2005) para além da esfera política mais participativa. O historiador diz:

A questão verde, de paisagismo, ela mobiliza efetivamente, mas não politicamente. O valor de cidade verde em Maringá é um valor alto, um valor identitário. [...] Agora, se é uma identidade mobilizadora, se as pessoas se movimentam, isso é uma outra história; até a história demonstra que não muito. Mas há sempre momentos de ‘vamos abraçar o Parque do Ingá’, ‘vamos preservar o nosso parque’, isso sim. O que talvez não aconteça é o aceite político. Agora, campanhas afirmativas sim. Campanhas afirmativas mobilizam mais que conflitos políticos (Fragmento da entrevista com o Historiador, 2017).

É relevante perceber a diferença feita pelo entrevistado entre a afirmação de uma identidade e a mobilização política: uma não necessariamente leva a outra, demonstrando a fragilidade da cidade em construir uma implicação mais direta com a dimensão ecológica e seus desafios. A produção coletiva de um imaginário verde foi absorvida pela população, uma vez que ela “usufrui desse imaginário em seu favor, porém em determinados momentos ele acaba seduzindo seus moradores e visitantes, que assim se alienam em relação à realidade ali existente” (BOVO, 2009, p. 97). Atento a tal dinâmica, o historiador reafirma que a população,

Incorporou o ideal de cidade verde como identidade sim, como identidade; mas, como isso mobiliza na prática é outra história. Isso também é abordado pela bióloga que diz: “Mas se você chegar em um bairro ou eu uma determinada região da cidade e falar ‘ah, tá bom, então vamos cortar’, a própria população não quer. Ela ama essa arborização e como isso se tornou como se fosse uma vitrine da cidade, ao longo dos anos, a população também vestiu essa camisa (Fragmento da entrevista com o Historiador, 2017).

Assim, percebe-se que a população, como sujeito, é produtora e produto dos modos de sentir, de pensar, de se relacionar com o mundo a sua volta (CARVALHO, 2014). Cabe considerar também que, nesse território vivido, há vários problemas ambientais que não são apresentados à população ou não são evidenciados pelos órgãos públicos. A partir da adoção do ideal de cidade verde, foi-se “construindo para a população uma ilusória propaganda e imagem de perfeição quanto às questões

ambientais” (PICOLI; BORGES, 2008, p.121). Esse problema é evidenciado pela urbanista: “*meio ambiente é mais que a arborização. As vias são abertas e se mantém o canteiro. Isso está determinado em lei desde 1979. Mas, como falei, a cidade expande-se sem sustentabilidade*” (Fragmento da entrevista com a Urbanista, 2017). Picoli e Borges (2008, p. 112) afirmam que “os administradores trabalham um *marketing* em torno da arborização e das áreas verdes da cidade de Maringá, mas não colocam em prática políticas voltadas à sua preservação”. Isso encontra respaldo em outra parte do depoimento da bióloga que diz: “*então isso ainda é uma falta de conhecimento, de educação ainda das pessoas para que possam ter um compromisso maior para que todos desfrutem de um ambiente ideal coletivo, essa coletividade que eu acredito que falta*” (Fragmento da entrevista com a Bióloga, 2017). Percebe-se, pelas falas dos entrevistados, que houve uma ampla disseminação de valores e imagens por parte da administração pública que, em larga medida, desconsideraram ou omitiram os problemas graves de ordem ecológica que assolaram a cidade. Nota-se também que, sob o ponto de vista dos entrevistados, a população aceita e incorpora a formulação da ideia de “Cidade Verde” como um traço identitário.

Ao longo da apresentação dos resultados, empreendeu-se uma discussão sobre a imagem da cidade verde elaborada e divulgada pelo poder público por meio da ação sistemática do *marketing* e da publicidade. Diante das ponderações dos entrevistados, percebe-se que se consolidou dentro e fora da cidade estudada uma atração por suas áreas verdes, suas praças e parques, amplas avenidas e ruas arborizadas. Na percepção de Foucault,

esse tipo de estratégia governamental busca “utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômicos e políticos” (FOUCAULT, 2004, p. 211). É notável, entretanto, que os problemas ambientais concretos não foram sequer tocados. Em seu lugar, permanece o ideal verde disseminado e amplamente incorporado pela população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em torno da problemática ambiental ganharam evidência na contemporaneidade em função do acelerado processo de urbanização que ocorreu em todo país, em muitos casos de forma desordenada e precária. Consequentemente, discutia-se a necessidade de maior controle, por parte do Estado, sobre o planejamento e gestão do território urbano, uma vez que o cuidado com a vida da população tornou-se uma tarefa cada vez mais complexa e multifacetada. No decorrer desta pesquisa, buscou-se compreender a cidade de Maringá como um território vivido em sua interface com as campanhas publicitárias sistematicamente empregadas pelo governo municipal para difundir a ideia de uma cidade verde. Considerada jovem, atualmente com seus 80 anos de existência, percebe-se todo um esforço do poder público para fortalecer e disseminar o ideal verde tanto na esfera local quanto no âmbito do estado e do país.

No decorrer do estudo, entretanto, encontraram-se vários problemas ambientais que não foram apresentados à população e que se configuram como desafios a serem enfrentados. Em seu lugar, é notável a divulgação sistemática de propagandas e campanhas publicitárias que reforçaram a imagem de cidade verde, ressaltando a arborização e a

qualidade de vida que servem como estratégia para atrair investidores. Paralelo a esse projeto de cidade verde, foi possível constatar certa dificuldade para atuar de maneira sistemática na preservação ambiental. Por esse motivo, está-se diante de uma cidade que se converteu em uma espécie de “negócio territorial”, viabilizado por meio de campanhas que hipervalorizavam os espaços ecológicos planejados, valendo-se de uma imagem que reforça a suposta qualidade de vida. O fato é que a produção de um espaço vivido vai além de intervenções midiáticas, implicando o enfrentamento coletivo dos desafios trazidos pelo crescimento populacional, os quais colocam em cena um problema político de gestão e urbanização.

Considera-se, a partir deste estudo, que a problemática ambiental no espaço urbano demanda uma série de práticas e determinações que são de ordem político-administrativa. O estudo do meio ambiente, nessa perspectiva, não pode desconsiderar que o espaço urbano é atravessado por dinâmicas múltiplas que englobam o social, o territorial, o simbólico, o econômico e o político.

Constatou-se também que a história construída pela gestão governamental urbana é de suma importância, visto que ela colabora para explicar os acontecimentos e estruturas existentes em um dado contexto social, com os condicionantes geográficos, econômicos, políticos e estruturais. A construção de um território vivido, assim como a governamentalidade, com seus desdobramentos nas políticas públicas e na gestão urbana, têm fortes bases históricas que podem ser compreendidas e analisadas por meio do diálogo entre a Administração e a História. Esse diálogo fornece um campo multifacetado para os estudos organizacionais e para a gestão pública

ao contemplar as falas do passado e sua interface com os enunciados do presente.

No decorrer da investigação, constatou-se que se torna cada vez mais importante adotar um enfoque psicossocial voltado às ações ambientais. Considera-se que, ao buscar um diálogo entre as áreas de Administração, História, Sociologia, Psicologia Social e Política, este trabalho pode ir além de uma análise fragmentada e idealizada das cidades, já que o caráter interdisciplinar permite ampliar o

entendimento sobre questões urbanas que estão em constante interação. Nesse sentido, destaca-se a importância de um diálogo interdisciplinar que possibilita à área da Administração transitar em outros campos analíticos, compreendendo a relevância das bases técnicas e somando a elas uma perspectiva mais problematizadora e crítica. Tal perspectiva considera a complexidade dos problemas urbanos como desafios políticos que envolvem diversos interesses e agentes sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea] Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, n. 270 (53), 1 de agosto de 2008.

ANGELIS NETO, G.; ANGELIS, B. L. D. Impactos ambientais causados pelo destino final dos resíduos sólidos urbanos de Maringá. **Acta Scientiarum**, n. 21, v. 4, p. 929-940, 1999.

BACZKO, B. *A imaginação social*. In: LEACH, E. et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, L. C.; CORDOVIL, F. C. Plano de Diretrizes Viárias de 1979 para Maringá-Pr: problemáticas, soluções e influências de sua preocupação ambiental. In: PEIXOTO, E. R.; DERTNL, M. F.; PALAZZO, P. P.; TRVISAN, R. (Orgs.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 13., 2014. **Anais [...]**. Brasília, DF: Universidade Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

BERNARDES, A. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12, 2000, Florianópolis, **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis, 2000.

BOVO, M. C. **Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso**: Um Estudo Geográfico sobre a Cidade de Maringá/PR. Tese (Doutorado em Geografia - Produção do Espaço Geográfico) Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2009.

CARVALHO, P. R. O espaço urbano: implicações para a subjetividade contemporânea. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 79, p. 61-67, out./dez. 2014.

CHIES, C.; YOKOO, S. C. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Campo Mourão: FECILCAM, v. 3, n. 1, p. 27-44, 1. sem. 2012.

CORDOVIL, F. C. S. O Projeto Urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. In: MACEDO, O. L. C.; CORDOVIL, F. C. S.; REGO, R. L. (Eds.). **Pensar Maringá: 60 anos de plano**. Maringá: Massoni, 2007.

REFERÊNCIAS

- DUBIELA, V. T. **Qual o nosso “destino” tropical?** Políticas públicas para os fundos de vales de Maringá – Pr. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 12ªed. São Paulo: Loyola, 2005.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARUTTI, S.; SANTOS, Z. C. dos. Resíduos sólidos urbanos como sistema de sustentabilidade em Maringá – Pr. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v.3, n.3, p. 341-356, set./dez. 2010.
- GARNICA, A. V. M. História oral e educação matemática. In: BORBA, M. de C. e ARAÚJO, J. de L. **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 77-98.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GODOY, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 301-324.
- GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L.; SERRANO, A. Elementos Epistemológicos e Metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os Estudos Organizacionais, **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 70, p. 509-536, jul./set., 2014.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4º Ed, Petrópolis: Vozes, 1996.
- HIRAMA, A. M.; SILVA, S. S. Coleta seletiva de lixo: uma análise da experiência do município de Maringá –PR. **Revista Tecnológica**, v. 18, n. 1, p. 11-24, 2009.
- ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- JENKINS, K. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110- 117, 2009.

REFERÊNCIAS

- MANSANO, C. N. **O bairro do jardim Alvorada em Maringá/PR**: da colonização à expansão urbana. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2013.
- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MELLO, L. F.; HOGAN, D. J. População, consumo e meio ambiente. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu/MG, **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_312.pdf. Acesso em: dez. 2015.
- MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; BELOTO G. E. Maringá – a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. **Paisagem Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 26, p. 29-50, 2009.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- PESAVENTO, S. J. **O Espetáculo da Rua**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- PICOLI, S. S. G.; BORGES, L. Maringá: a cidade rotulada como “Cidade Verde”. **Revista em Agro-negócio e Meio Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 111-126, jan./abr. 2008.
- RIBEIRO, A. C. T.; GARCIA, F. S. City Marketing: a nova fase da gestão da cidade no final do século. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T.; FRY, P (org). **Política e cultura**: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996.
- SANTOS, M. **O retorno do território**. In: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires: CLACSO, v. 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16Santos.pdf>. Acesso em: set. 2016.
- SANTOS, M. O papel ativo da Geografia, um manifesto. **Território**, ano V, n. 9, p. 103-109, jul.-dez., 2000.
- SAPATA, S. M. M. **Projeto Reciclação do município de Maringá**. SEMAA, Maringá: (Relatório técnico Situacional) 2006.
- SEMAA – Secretaria do Meio Ambiente e Cultura de Maringá-PR. **Prefeitura Municipal de Maringá**. 2008.
- SILVA, C. A. M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá-Pr**: do espaço de floresta à cidade-jardim, representação da “cidade ecológica”, “cidade verde”. 229f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

REFERÊNCIAS

TAKAHASHI, L. T. **A Arborização Urbana e a Distribuição de Energia Elétrica em dois Bairros da Cidade: Jardim Alvorada e Zona 5.** (Monografia especialista em Geografia do Estado do Paraná), Maringá, 1997.

ZAMUNER, L. D. **Erosão urbana em Maringá/PR:** o caso do Parque Florestal dos Pioneiros – Bosque II. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Departamento de Geografia. Maringá, 2001.